

MERCOSUL-UE

Senado ratifica acordo

Enquanto senadores aprovavam, ontem, o tratado negociado há mais de 26 anos, o presidente Lula assinou decreto garantindo salvaguardas que protegem produtos brasileiros da concorrência externa

» ROSANA HESSEL
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O Senado Federal aprovou, ontem, por unanimidade, o acordo provisório de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE), o PDL 41/2026, e, com isso, o Brasil ratificou o tratado que vem sendo negociado com os europeus desde 1999 e foi formalizado, no Paraguai, em janeiro.

O Brasil é o terceiro país sul-americano a formalizar o acordo provisório que prevê a redução de tarifas para 91% dos produtos importados pelo Mercosul e 95% dos produtos importados pela UE.

O PDL 41/2026 ainda precisa ser promulgado pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP). “Todos nós vamos guardar na nossa memória o dia de hoje, porque não é à toa que este acordo é sonhado há quase três décadas. O Parlamento brasileiro demonstra mais uma vez a maturidade institucional que nós temos, porque cada movimento como este é a constatação de que o Parlamento brasileiro está ao lado dos grandes temas de interesse da sociedade”, declarou Alcolumbre após a aprovação do projeto, acrescentando que a matéria uniu todos os parlamentares e foi um “um encontro de ideias em favor do Brasil”.

A expectativa dos senadores é de que ele entre em vigor a partir de 1º de maio. Para a relatora da proposta, senadora Tereza Cristina (PP-MS), o acordo envolveu concessões dos dois blocos, e, apesar de não ser perfeito, é necessário e benéfico para o Brasil, além de ser capaz de gerar benefícios concretos à população.

Conforme dados do governo brasileiro, Mercosul e UE reúnem, juntos, aproximadamente 718 milhões de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 22,4 trilhões. O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Brasil e, em 2025, as trocas comerciais somaram US\$ 100 bilhões (R\$ 521 bilhões), com um superávit para o lado europeu de US\$ 522,8 milhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Após a aprovação do acordo, a senadora Tereza Cristina destacou que as negociações para esse acordo demoraram quase três décadas e, durante as conversas houve “muitos ajustes”, sem falar que a questão agrícola sempre foi um dos motivos de divergências para a conclusão do acordo.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Após a aprovação, por unanimidade, do relatório da senadora Tereza Cristina sobre o acordo de livre-comércio, senadores comemoram

“Temos as salvaguardas (da União Europeia) que causaram um pouco de insegurança, mas fizemos também as salvaguardas bilaterais e estamos prontos para acessar esse grande mercado de mais de 700 milhões de pessoas. Será um acordo exitoso para o Brasil e temos que nos adaptar para esse novo comércio bilateral entre os blocos”, disse a senadora e ex-ministra da Agricultura, ao lado dos senadores Nelsinho Trad (PSD-MS) e Humberto Costa (PT-PE). Ambos comemoraram o acordo e destacaram que ele será benéfico ao Brasil.

Trad, que preside a Comissão de Relações Exteriores do Senado, informou que será criado pelo colegiado um Grupo de Trabalho (GT) com técnicos legislativos e assessores com expertise na área do agronegócio e da indústria para acompanhar a implementação do acordo de livre-comércio. “Setores que se sentirem prejudicados vão poder mitigar as dificuldades no transcorrer da implementação deste acordo. Vamos dar a oportunidade para os setores envolvidos com essa composição do acordo para não se sentirem abandonados. Teremos uma assessoria pronta para dar toda a orientação necessária”,



Temos as salvaguardas (da União Europeia) que causaram um pouco de insegurança, mas fizemos também as salvaguardas bilaterais e estamos prontos para acessar esse grande mercado de mais de 700 milhões de pessoas”

Tereza Cristina, senadora e ex-ministra da Agricultura

afirmou. Segundo ele, o Mdic dará apoio fornecendo técnicos da pasta para dar as “condições de conhecimento para a o transcorrer da implementação do acordo”.

Salvaguardas

Em paralelo à votação do acordo no Senado, o presidente Luiz

Inácio Lula da Silva assinou o decreto de regulamentação de salvaguardas do acordo bilateral entre Mercosul e UE. O objetivo das salvaguardas, de acordo com a publicação em edição extra do *Diário Oficial da União*, será proteger a indústria doméstica. Essa proteção ocorre pelo fato de trechos do tratado entre os blocos previrem a eliminação gradual de tarifas de importação de produtos da UE. Entre as medidas de proteção, estão a possibilidade de alterar o cronograma de redução tarifária, além do estabelecimento da quantidade de produtos que podem — ou não — entrar no Brasil sob uma determinada tarifa acordada entre os blocos. Segundo o decreto, o Departamento de Defesa Comercial (Decom) será o órgão responsável por apurar as medidas de salvaguardas à produção nacional. Já a Câmara de Comércio Exterior ficará com a função da decisão final sobre de que forma o Brasil executará a proteção à indústria nacional. “Observados os termos do acordo comercial pertinente, as medidas de salvaguardas bilaterais poderão ser prorrogadas, desde que continuem necessárias para prevenir ou para

reparar prejuízo grave”, informou um trecho do decreto.

Ao comentar sobre o decreto de salvaguardas assinado por Lula, o senador Humberto Costa, por sua vez, reforçou que o acordo de livre-comércio entre UE e Mercosul garante muitas vantagens para o Brasil e os demais países do bloco sul-americano. “O acordo foi feito de maneira racional para preservar todos os setores da economia, pois a transição pode chegar até a 30 anos. O que permite que nosso país crie condições para a indústria nacional poder concorrer com os produtos europeus”, disse.

Nesse sentido, Costa destacou que, com o decreto de salvaguardas garante que, se houver qualquer desequilíbrio, seja na invasão de produtos europeus, seja de preços que prejudique a economia nacional, o país terá condição de estabelecer tarifas que deem esse equilíbrio. Além disso, as compras governamentais de produtos na área da saúde também ficarão restritas à produção nacional, para garantir os investimentos no Complexo Econômico e Social da Saúde. “Isso é um estímulo para que nós possamos desenvolver esse segmento tão importante”, acrescentou.

ORÇAMENTO

TCU aprova fiscalização permanente de emendas

Jefferson Rudy/Agência Senado



O relatório de Anastasia foi aprovado por unanimidade

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, a realização de uma fiscalização contínua sobre a execução das emendas parlamentares. Os recursos apresentados no ano passado já começam a ser monitorados neste ano.

A decisão foi tomada pelo plenário da Corte ao analisar uma proposta de ação de controle elaborada pelo corpo técnico do tribunal. O processo, relatado pelo ministro Antonio Anastasia, foi aprovado por unanimidade.

A iniciativa prevê a abertura de processos de acompanhamento para monitorar como os recursos indicados por deputados e senadores estão sendo aplicados em diferentes áreas do governo federal. O trabalho utilizará sistemas e painéis informatizados do próprio tribunal para analisar dados e identificar possíveis irregularidades ou riscos na execução das emendas.

Caso as unidades técnicas identifiquem indícios de irregularidades durante a fiscalização, o tribunal poderá abrir representações específicas para adoção das medidas cabíveis, conforme as normas aplicáveis.

Segundo o TCU, o foco da fiscalização inclui aspectos como a concentração de recursos, a compatibilidade entre os valores destinados e os objetos contratados, além da análise de empresas contratadas com verbas oriundas das emendas parlamentares.

A Corte estabeleceu que será produzido ao menos um relatório anual com os resultados da análise. Após cada ciclo, um novo processo de acompanhamento será aberto, com sorteio de relator, para que o monitoramento ocorra continuamente.

Rastreabilidade

Na terça-feira, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou a proibição de saques em dinheiro de recursos provenientes de emendas parlamentares. A decisão estabelece que os valores deverão ser movimentados exclusivamente por meios eletrônicos, como transferências bancárias ou Pix, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade dos recursos públicos.

Dino é relator da ação que declarou inconstitucional o chamado orçamento secreto, esquema de distribuição paralela de emendas parlamentares durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O ministro endureceu regras de transparência e rastreabilidade das emendas, suspendeu repasses sob suspeita e condicionou a execução do Orçamento da União à adoção de ajustes técnicos. Ele também estendeu essas exigências às emendas estaduais e municipais, cujos orçamentos são mais difíceis de rastrear.

Com o objetivo de orientar a população sobre como acompanhar a destinação das emendas parlamentares e denunciar possíveis irregularidades no uso desses recursos, o STF lançou no início deste mês, por determinação de Dino, a campanha publicitária “De Olho nas Emendas”.

MULTILATERALISMO

Lula e Sánches discutem guerra

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou, ontem, que vai realizar uma visita bilateral com o presidente do governo da Espanha, Pedro Sánchez, marcada para 17 de abril, em Barcelona.

Em conversa por telefone, Lula e Sánches “reiteraram compromisso com o multilateralismo como caminho para construção da paz e do desenvolvimento sustentável”, segundo comunicado divulgado pela secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto.

Lula também confirmou participação na quarta reunião de alto nível do grupo “Em Defesa da Democracia”, prevista para o dia 18 de abril, também na cidade de catalã. A iniciativa foi lançada no ano passado e envolve os governos de Brasil, Espanha, Colômbia, Chile e Uruguai.

A situação no Oriente Médio, no contexto do conflito armado travado entre Estados Unidos e Israel contra o Irã, também foi assunto entre os dois líderes. Segundo a nota divulgada pelo Planalto, ambos compartilharam o desejo de que a guerra possa chegar a um fim com a maior brevidade

possível e que as negociações de paz possam ter início sob o amparo do direito internacional.

Contrário à guerra, o presidente do governo da Espanha provocou a irritação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, após negar o uso de bases militares no sul do país para o lançamento de ataques contra o Irã. O norte-americano chegou a ameaçar cortar relações comerciais com o país europeu, mas Sánchez vem mantendo a posição de não cooperar em favor do conflito armado.

Apelo pela paz

Os conflitos também foram tema do discurso de Lula na abertura da 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe. Ele fez um apelo para que líderes globais busquem a paz em meio ao cenário recente de guerras e que priorizem o combate à fome no lugar de gastos com armamentos.

“Se pegássemos o dinheiro que foi gasto, no ano passado,

Ricardo Stuckert/PR



Lula e Pedro Sánches são contrários à guerra e devem se encontrar em abril para falar de temas bilaterais

em armamentos, em conflitos — o equivalente a US\$ 2,7 trilhões — e dividíssemos entre os 630 milhões de seres humanos que, no planeta, passam fome, daria pra ter distribuído US\$ 4.285 para cada pessoa. Vocês percebem que não precisaria ter fome no mundo se houvesse o bom senso dos governantes?”, disse o presidente.

Em sua fala, Lula fez um apelo direto aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU): França, Inglaterra, Rússia, China e Estados Unidos, para que se preocupem com o combate à fome.

“Está todo mundo pensando que vão se agravar os conflitos. E todo mundo quer mais armas,

todo mundo quer mais bomba atômica, todo mundo quer mais drone, todo mundo quer aviões de caça cada vez mais caros. E tudo isso não é feito para construir ou para produzir alimentos. Isso é feito para destruir e para diminuir a produção de alimentos ou destruir aquilo que já está plantado.” (Com Agência Brasil)